



**SENADO FEDERAL
COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO**

6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3/2005 DO CONGRESSO NACIONAL, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES E ALTERNATIVAS PARA UMA POLÍTICA DE REAJUSTE PERMANENTE PARA O SALÁRIO MÍNIMO E TAMBÉM PARA OS BENEFÍCIOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS, REALIZADA NO DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2006, ÀS 14 HORAS E 19 MINUTOS.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista, criada pelo Ato Conjunto nº 3, de 2005, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões e alternativas para uma política de reajuste permanente para o salário mínimo, e também para os benefícios dos aposentados e pensionistas. Esclareço que a pauta dessa reunião se destina a Audiência Pública com as entidades patronais. Na semana passada, nós ouvimos aqui os presidentes de todas as centrais sindicais convidadas, são oito centrais sindicais, e ainda o representante do Fórum das Confederações. Todos estiveram presentes e colocaram seu ponto de vista sobre esse tema, que eu digo sempre, que interessa a todo o povo brasileiro, que interessa a 180 milhões de brasileiros. Como eu dizia, o meu Presidente já chega, e de imediato eu passo a palavra ao Presidente, que vai coordenar os trabalhos, o nosso Vice-presidente Walter Barelli também se encontra aqui nesse momento. Então, eu passo a palavra aqui para o Presidente, ao lado do Barelli aqui já afirmando aqui que está presente o senhor... Me corrijam, se tiver algum equívoco. O Sr. Flávio Benatti, Presidente da seção de carga da CNT, é isso mesmo? Simone Saisse, Gerente-executiva da unidade de relações da CNI, Carlos Tadeu de Freitas Gomes, CNC, Luciano Marcos de Carvalho, representando a CNA. Passo a palavra ao Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Meu caro Relator desta Comissão desta Comissão, Senador Paulo Paim, Deputado Barelli, e os senhores representantes das entidades patronais. Essa Comissão está vivendo um momento histórico para o nosso país. Esta Casa, em outros momentos nunca discutiu um tema da mais alta importância que é a definição de uma política permanente de salário mínimo para o nosso país. Nós entendemos ser o salário mínimo, hoje, elemento fundamental para o desenvolvimento econômico do país se levarmos em consideração a cadeia produtiva que o salário mínimo oferece, na medida que dá poder de compra ao trabalhador, injeta recursos no comércio, faz a sociedade produzir, gera emprego, gera renda, gera impostos, e a importância que tem o salário mínimo para definir também o salário das demais categorias do país. Então, essa Comissão teve o prazer de receber aqui, na semana passada, os representantes das entidades das centrais sindicais. Eu avalio, juntamente aqui com os demais companheiros, que cerca de 90% dos trabalhadores deste país estiveram aqui representados. E o fato histórico daquele encontro das centrais sindicais foi, sem dúvida alguma, o pensamento unitário que dominou aquela última Audiência Pública. E a maturidade demonstrada pelas centrais sindicais que, independente de qualquer formulação de ordem ideológica, trabalharam na discussão efetiva da melhoria do salário do trabalhador, levando em conta, acima de tudo, o trabalho. E é com esse objetivo que nós estamos aqui hoje para ouvir aqui as entidades patronais que esperamos seja também um momento tão histórico, tão importante quanto foi o da última audiência. Eu gostaria aqui de saber do nosso Relator, Senador Paulo Paim, por ordem de chegada aqui...

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra a nossa ilustre e querida Senadora Heloísa Helena. Aliás, o país agora está conhecendo a nova... o novo nome da orquídea, lançada a Heloísa Helena. Pois é, quer dizer, você vê que até os plantadores de orquídea... Aquela máxima do Che Guevara "Hay que endurecer, sem perder a ternura". [risos]. Heloísa Helena agora é nome de orquídea, o que é belíssimo para nós, para esta Casa e para o país que lhe respeita e lhe admira, Senadora. [risos].

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Muito obrigada, Deputado Jackson Barreto, e, aliás, viu, meu querido Senador Paulo Paim, ilustre Deputado Walter Barelli, Deputado Cláudio [inaudível]. E todos os representantes das entidades patronais que aqui estão. Eu tenho tido dias muito difíceis na minha vida, e sei que V.Exa. também, Senador Paulo Paim. Dias muito difíceis, e acabei ganhando um presente como esse. Realmente, o bem-informado Deputado Jackson Barreto, que viu lá no Anselmo, realmente, um produtor de orquídeas lá de São Paulo, o Dr. Sérgio, que é uma pessoa por quem todos nós temos admiração, a Lu Meneses, que é uma das mais importantes pesquisadoras de orquídeas e acabou dando a essa humilde Senadora um dos, sem dúvida, um dos presentes mais belos que há e que eu jamais poderia ter que é o nome de uma orquídea branca—

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senadora de Pão de Açúcar, do sertão das Alagoas, viu?

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): --Pois é. Do sertão das Alagoas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Região que não dá orquídeas, não é, Senadora? [risos].

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): [risos]. Mas a Mata Atlântica de Alagoas, o pouco que sobrou da Mata Atlântica de Alagoas dá orquídea. Mas, meu querido Deputado Jackson Barreto, eu, até a pouco comentávamos, com o Deputado Cláudio e o Senador Paulo Paim que no meu caso, se eu tiver que sair antecipadamente, tenham certeza os representantes das entidades patronais que aqui estão, que não é nenhuma... Não é motivado por nenhuma indelicadeza política ou por desmerecimento das exposições, até porque eu, infelizmente, não desenvolvi a onipresença ainda. A CPI dos CORREIOS acabou convocando quatro personalidades que estão diretamente envolvidas num debate polêmico, de altos estudos técnicos e muitas polêmicas políticas relacionadas ao "Correio Híbrido". Então, só para justificar a V.Exas. e aos convidados, Deputado Jackson, que se acaso eu tenha que sair, não é por nenhum desmerecimento, até porque todos os CDs, todas as fitas, com todas as audiências dessa Comissão, que eu não tenho dúvida, como bem disse V.Exa. é de essencial, fundamental importância para esse Congresso e para o país, eu estou levando, vendo em Casa, quando eu não posso estar em dois lugares ao mesmo tempo. Então, só para justificar para V.Exas. e para os convidados que acaso eu tenho que sair não será por nenhum desmerecimento às contribuições que, certamente, serão disponibilizadas para os parlamentares.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Agradecendo as palavras da Senadora Heloísa Helena e, antes de passar a palavra ao Presidente da seção... da Confederação Nacional de Transportes, o Dr. Flávio Benetti, eu... [inaudível]. Benatti, ali tem Benetti. Então, a nossa assessoria para consertar o nome do Benetti por Benatti. Dizer à nossa Senadora Heloísa Helena, que o jornalista Anselmo Góes, de O Globo, é sergipano, foi companheiro da nossa geração e em um dos momentos—

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): E é um fofo. Diga.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): --É. Um dos momentos históricos das nossas vidas nós fomos companheiros da mesma cela nas lutas democráticas do nosso Estado, do nosso país. O que muito me honra. Eu quero passar a palavra ao nobre Deputado Walter Barelli.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Sr. Presidente, Deputado Jackson Barreto, Senador Paulo Paim, Senadora Heloísa Helena, nosso caríssimo Deputado, Srs. empresários, representantes das confederações, só breves palavras para chamar a atenção para a importância do assunto. No Brasil e no mundo, no mundo praticamente até hoje, mas no Brasil até a década de 60, salário, pelo número de pessoas que recebiam, participava com até 66% da renda nacional. Está no livro do Mário Henrique Simonsen sobre o plano de desenvolvimento feito em 1964, já no Governo militar. Os salários no Brasil caíram muito. Mas, essas estatísticas elas são muito difíceis de serem feitas, mas no tempo do Ministro Almir Pazzianotto, com a... A Secretária de emprego era a Dorotéia, depois Ministra Dorotéia, ela calculou em 45% a parte dos salários. Hoje, se nós formos verificar, caiu ainda mais. Está em cerca de 32% a parte dos salários. Quando se fala em repartição funcional da renda, é uma outra maneira de se discutir a distribuição de renda, o que não é salário é renda do capital. Até Dorotéia, as estatísticas mostravam as duas partes. Mas, mais recentemente, o Senador Cristovam conhece muito bem, o que passou a ser feito foi mostrar como, dentro do PIB, qual é a parcela dos salários, qual a parcela do capital ou dos lucros ou outros rendimentos assemelhados a rendimento das empresas e se verifica que nos últimos tempos, o que cresceu muito foi a parcela do Governo. Mas, a parcela do capital continuou crescendo, a dos trabalhadores uma certa estabilidade no seu valor. Sempre são os salários e as políticas de salário que fazem com que essa distribuição se dê. Nós temos uma distribuição de renda injusta, quer pensemos no campo de vista funcional, quer pensemos no que se refere à questão da distribuição pessoal da renda. Como estamos tratando de salário mínimo, e como vamos falar com empresários, que o primeiro depoimento é de uma confederação caçula, que não existia nesse período, e não houve o acompanhamento de tudo isso, mas nós... Esta Comissão tem o papel de fazer um programa, no tempo, para o salário mínimo. E é preciso abrir espaços para a gente discutir todos esses aspectos. O que é que aconteceu do salário cair tanto, ser menos de 40% da renda nacional, o caso dos últimos anos o Governo avançar todo, em todas as rendas, mas, mesmo assim, os lucros crescem bastante. Então, isso que... Esse contexto que nós vamos apreciar na nossa Comissão e queremos ver como que daqui por diante é que pode surgir uma nova política para o Brasil pensando, principalmente, numa melhor distribuição de renda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Queremos convidar o Dr. Flávio Benatti para compor aqui a Mesa, peço a V.Sa. que possa se dirigir aqui e fazer a sua exposição. Na audiência passada, as entidades dos trabalhadores, cada representante falou durante 15 minutos e, em seguida, abrimos o debate geral. Essa mesma norma nós vamos adotá-la para a tarde de hoje. Com a palavra o Dr. Flávio Benatti, Presidente da Confederação Nacional do Transporte, CNT.

SR. FLÁVIO BENATTI: Presidente da Seção de Cargas da Confederação Nacional—

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Da Seção de Cargas da Confederação Nacional do Transporte.

SR. FLÁVIO BENATTI: Bem. Sr. Presidente, Deputado Jackson Barreto, Sr. Vice-presidente, Deputado Walter Barelli, amigo já de muito tempo, Sr. Relator, Senador Paulo Paim. Srs. parlamentares, minhas Sras. meus Srs. Nós fizemos uma nota técnica, uma análise dos... Mais recente da situação, da questão do salário mínimo. Me permita eu fazer a leitura dessa nota e depois até, se for o caso, fazermos algumas considerações. "As considerações fiscais: Nos últimos anos, a política fiscal no Brasil tem se caracterizado pelo crescimento dos gastos públicos em relação ao PIB. Entre 1997 e 2004, esta relação subiu de 15,25 para 17,36%, considerando-se apenas o Governo central. A maior parte desse movimento explica-se pelo aumento das despesas com os benefícios previdenciários. Na contrapartida, a arrecadação líquida aumentou apenas 0,23% do PIB. O déficit previdenciário cresceu neste período, de 0,32 do Produto Interno Bruto para 1,81%. Para compensar esta perda o Governo aumentou o volume de recursos arrecadados da sociedade para o pagamento de benefícios previdenciários, que

apenas na esfera federal passou de 19,65 para 25,04 do Produto Interno Bruto, entre 1997 e 2004. Fonte: Da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. O aumento das despesas do setor público e da carga tributária sobre a economia gera a redução do potencial de crescimento. Como o piso de pagamento previdenciário é o salário mínimo, o déficit da Previdência cresce sempre que há reajuste deste valor. Soma-se a isto o fato que o número de beneficiários sempre cresce. Os reajustes do salário mínimo também afetam os gastos previdenciários nos estados e municípios e supre as despesas do FAT com o abono e seguro desemprego. É preciso destacar crescimento dos gastos públicos com relação ao PIB; Considerações sobre o setor produtivo: Juntos, os serviços e comércio empregam mais de quatro milhões de trabalhadores com rendimento inferior a um e meio salários mínimos, de maneira que os reajustes no salário mínimo causam impacto relativamente maior do que nos demais segmentos. As microempresas são mais suscetíveis a alterações do salário mínimo do que as empresas de pequeno, médio e grande porte. Os aumentos na folha de pagamento acima dos ganhos de produtividade da mão-de-obra podem inclusive, inviabilizar alguns empreendimentos. A mão-de-obra menos qualificada, as mulheres, os jovens são mais vulneráveis a dispensa, no caso de elevação do salário mínimo. Dados da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. As regiões com menores rendimentos estão concentradas no Nordeste e no interior dos estados, e não nas capitais". Em vistas das exposições, a sistemática de atualização de revisão dos valores do salário mínimo não pode ser vista apenas pelo ângulo de uma política de renda e de uma política compensatória. Deve-se levar em consideração um conjunto amplo de fatores que inclua não só a capacidade fiscal do Governo, como também a capacidade financeira das empresas de pagá-lo. Deve-se portanto considerar a evolução da produtividade das empresas, qualquer solução deve ainda considerar a grande diversidade do impacto do salário mínimo por setor de atividade, região, porte de empresa e característica dos trabalhadores. Queria fazer aqui uma consideração, Presidente, porque na realidade, se não houver o crescimento econômico no país, é muito difícil discutir a questão do salário mínimo por valor. O que tem que se promover efetivamente, é o aumento... É o crescimento econômico do país. Porque existem regiões, existem situações que o salário mínimo tem um impacto muito grande. Existem setores de atividade em que o salário mínimo impacta praticamente nada. Mas, nos setores de serviço, no setor de comércio, efetivamente, ele tem um peso muito forte. E simplesmente, se discutir valores de salário mínimo com o título de que é preciso aumentar a renda, muitas vezes, esses setores da economia também não agüentam, também não agüentam pagar esse salário. Conseqüentemente, há aí uma quebra de empresas, de pequenas empresas colocando aí no desemprego muito mais trabalhadores. Então, eu acho que essa questão é uma questão que ela deveria ser tratada com o crescimento, inclusive, setor a setor. Tem setores que, inclusive podem pagar muito melhor, podem estar remunerando melhor os trabalhadores. Nós vemos... A confederação tem essa opinião a respeito. Eu gostaria de deixar essa nota com o senhor, que é a nota da Confederação. E obrigado pela oportunidade. [palmas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós passamos a palavra à Dra. Simone Saísse, Gerente-executiva da unidade e relação do trabalho da Confederação Nacional da Indústria. V.Sa. tem a palavra.

SRA. SIMONE SAISSE: Obrigada, Presidente Jackson Barreto, eu agradeço aos ilustres Senadores e Deputados, às senhoras e aos senhores, a oportunidade de estar aqui hoje como representante da CNI apresentando as nossas reflexões a respeito de uma política permanente de fortalecimento do salário mínimo. Sabemos que essa é uma questão desafiadora, é um objetivo comum a todos os setores da economia. Por razões históricas, políticas e institucionais a definição do valor do salário mínimo tal como feita atualmente, todos os anos, embora no meu entender tenha o mérito de permitir uma reflexão e uma participação mais aberta da sociedade, inclusive com a definição de prioridades, porque governar é fazer escolhas, ela, sem dúvida, o fato de se realizar da maneira que é feito todos os anos, é motivo de muitas tensões, insatisfações, incertezas,

o ganho de um ano pode ser parcialmente revertido no ano seguinte, e quando eu digo ganho eu estou me referindo ao poder aquisitivo, ao poder de compra do salário mínimo, que é o que interessa de fato. Por isso, nós na CNI consideramos extremamente oportuna a discussão, a iniciativa tomada pelo Congresso de estabelecer uma política que assegure o conhecimento, que assegure, na verdade, não só o conhecimento prévio da trajetória do salário mínimo, mas também o aumento do seu poder de compra continuado em um horizonte de tempo maior do que o atual, que é de um ano. Eu vou procurar não ser redundante, estou certa de que muitos dos meus colegas aqui, representantes do setor empresarial, vão trazer preocupações parecidas. Eu acho que esse é o nosso papel aqui, quer dizer, trazer as preocupações do setor empresarial. Vou tentar não ser redundante, mas introduzir ou reforçar alguns elementos que, no nosso entender, devem estar... Devem ser objeto de consideração na fixação... Na determinação, então... No estabelecimento dessa política para que ela seja exitosa e atinja os seus objetivos. E eu começo por aí, quer dizer, o que se pretende de fato com uma política de fortalecimento do salário mínimo, eu entendo e estou certa que é a compreensão dos senhores, é o objetivo dos senhores, é melhorar as condições de vida dos brasileiros e brasileiras menos favorecidos. Quer dizer, é isso o que todos queremos no limite, o objetivo final é esse. Isso parece óbvio, mas eu começo por aí, reforçando esse objetivo para que ele não se perca de vista nas avaliações das políticas públicas que venham a ser desenvolvidas aqui, porque muitas vezes visando ao bem e cheios de boas intenções, muitas vezes não se avalia o alcance completo de uma política pública e os resultados obtidos podem ser frustrantes, muitas vezes contrários àqueles pretendidos inicialmente. Então, eu acho que isso a gente não pode perder de vista, quer dizer, melhorar as condições de vida dos brasileiros e brasileiras menos favorecidos. Então, nós entendemos que para garantir esse objetivo a política escolhida deve obedecer a algumas condições. A primeira é beneficiar, de fato, os extratos mais pobres da população, mas como um todo. Não, parte dele em detrimento dos demais. porque muitas vezes essa discussão ela é vista como uma distribuição de renda dos mais ricos, efetivamente, da sociedade para os mais pobres. Distribuição de renda é isso, de fato. Mas, não se pode perder de vista que na fixação de uma política permanente para o salário mínimo há um risco... Há um risco, não desprezível, de que na verdade acabe se beneficiando um grupo de trabalhadores menos favorecidos em detrimento de outros trabalhadores igualmente desfavorecidos, que são aqueles que estão hoje fora do segmento formal do mercado de trabalho. Ou... Fora, na verdade, como um todo, do mercado de trabalho. E o atendimento dessa condição, ou seja, beneficiar os extratos mais pobres da população como um todo, ele decorre de outras duas condições que devem ser observadas e que já foram mencionadas pelo meu antecessor. Quer dizer, é importante que essa política seja suportável para os setores público e privado da economia, quer dizer, ela tem que ser uma política no tempo, quer dizer, suportável, no tempo, quer dizer, suportável do ponto de vista da capacidade de pagamento e sustentável, no tempo. Se essas duas condições não forem satisfeitas, na verdade não se chegará ao objetivo maior que é beneficiar e de forma continuada os extratos, as camadas mais pobres, menos favorecidas da força de trabalho. Então, detalhando o pouco mais o porquê dessas pré-condições, olha, reajustes que não podem ser absorvidos pelos setores produtivos podem resultar em aumento do desemprego e/ou da informalidade. Quer dizer, essa é uma experiência que a economia brasileira já tem. Quer dizer, se a política ela redundar em algo desse tipo o aumento do poder aquisitivo e a melhora das condições de vida de parte da população carente, que virá, é verdade, quer dizer, aqueles que permanecerem no segmento formal do mercado de trabalho ganhando um salário mínimo terão a melhoria das suas condições de vida, os aposentados, os pensionistas, igualmente, mas isso pode se dar às custas da redução da renda e piora das condições de vida da outra parte. São aqueles que perderão eventualmente os seus trabalhos, em decorrência dessa política pública, ou serão lançados à informalidade. Então, para os quais o salário mínimo ele funciona, como pode funcionar como um referencial, mas certamente com impacto menor, quer dizer, o reajuste teria um impacto menor sobre esse grupo. Por sua vez, se o impacto sobre as

finanças públicas for insustentável, o aumento das despesas com a seguridade social se dará ou às dispensas de despesas com o capital físico e humano, ou seja, ou transferindo despesas, gastos que são feitos com educação, saúde, infra-estrutura... Ou com aumento da carga tributária. Em ambos os casos o crescimento econômico tenderia a ficar comprometido e a política de fortalecimento do mínimo estaria, na verdade, reduzindo a pobreza presente em troca de mais pobreza no futuro. Então, eu... Enfim, eu sou Economista e a economia... A melhor definição, talvez, dessa ciência, para mim é o fato de que... É a consciência de que não há nada de graça e de que é importante fazer escolhas. Então, eu acho que não há mágica, o que a gente nunca pode perder de vista ao discutir uma política é que não há mágica, de que há prós e contras, perdas e ganhos, e que o desafio está em encontrar a solução que traga os maiores ganhos líquidos, como a gente diz, quer dizer, em que os ganhos superem na maior extensão possível as perdas. Então, eu acho que essa é a mensagem principal, quer dizer, para que os objetivos propostos sejam atingidos, a discussão sobre o tema deve ser sensível tanto aos aspectos distributivos, que são os primeiros que aparecem, são sem dúvida nenhuma relevantes, quanto as questões de ordem macro e micro econômica. O nível atual do salário mínimo ele é reduzido para as necessidades básicas do trabalhador brasileiro, a despeito de um aumento não desprezível em termos reais nos últimos anos, o salário mínimo... O poder de compra do salário mínimo de 97 para cá ele subiu quase 38%. Não é um aumento desprezível, mas o nível atual ainda, sem dúvida, é reduzido para as necessidades dos trabalhadores. Mas isso não é um resultado de decisões arbitrárias. Na verdade, é resultado de anos de estagnação econômica, regulação inadequada, descontrole inflacionário. Não há dúvida que os mais pobres, os trabalhadores de menor renda são os que menos tem condições de se defender de um avanço... Menos condições tem de se defender da inflação. E portanto, numa conjuntura, como já tivemos no passado, de descontrole inflacionário são eles os que sofrem primeiro e mais sofrem, e desequilíbrios financeiros do setor público que impediram e ainda hoje limitam um aumento mais substancial do piso salarial do país. Portanto, o nosso... Quando eu digo nosso é porque eu trago as reflexões da CNI, não minhas reflexões pessoais apenas, o ponto de atenção que gostaríamos de trazer é que é fundamental que o reajuste ou uma política de reajuste do salário mínimo leve em conta as possibilidades da atividade econômica. Isso não é particularmente difícil, quer dizer, para serem absorvidos pelo setor privado sem pressões de custos, os reajustes reais devem acompanhar o aumento da produtividade da mão-de-obra. Essa é uma regra simples na economia. Quer dizer, se os salários crescem em proporção, acompanhando o aumento da produtividade do trabalho isso não gera nenhuma pressão de custos e pode ser absorvido sem dificuldades. Obviamente, que quando a gente fala em ganhos de produtividade a gente, em geral, numa política pública vai lançar mão de algum indicador médio e como toda média, por definição, não reflete a situação da diversidade de setores produtivos e da própria situação fiscal de todos os entes federais. Mas, ainda assim, quer dizer, ao levar em conta um critério médio, minimizam-se os problemas em que poderiam ser gerados pela desconsideração de algum critério econômico. A avaliação dos impactos fiscais é igualmente importante, como já mencionei, também mencionou o Sr. Flávio Benatti, da CNT, além dos benefícios previdenciários, que logo são os primeiros a serem mencionados quando se discute aumento do salário mínimo, também há que se considerar o aumento dos benefícios assistenciais pagos em função da LOAS e da renda mensal vitalícia que representa uma fonte adicional de gastos não desprezível, assim como as pressões adicionais sobre gastos com pessoal no setor público, não foi a toa que os municípios se declararam muito preocupados com o último aumento determinado para o salário mínimo e também sobre as despesas do FAT, com abono e seguro desemprego. Nós da CNI fizemos algumas simulações para o comportamento dos gastos com benefícios previdenciários e assistenciais em diferentes cenários de aumento real do salário mínimo. E em todas essas simulações nós identificamos a tendência ao aumento do déficit da previdência em relação ao PIB [soa a campainha]. O que é interessante mesmo na hipótese de desvinculação de benefícios e pensões. Ou seja, a desvinculação, também objeto de vários debates, ela não significaria a ausência de restrições fiscais a

aumentos reais do salário mínimo. E para concluir, nós reforçamos, nós nos somamos aqui às colocações do representante da CNT, nós entendemos que uma regra que foi... Não uma regra, mas uma proposta, um parâmetro que foi utilizado pela LDO de 2006 que foi assumir para o reajuste do salário mínimo em termos reais, a variação do PIB *per capita*. Isso foi embutido na LDO de 2006. E essa regra ou esse pressuposto... Continua a hipótese. É considerado um avanço porque ele usa como critério básico para reajuste uma variável que infere o ganho de produtividade do trabalho que é o aumento do PIB *per capita*. Que próxima o ganho de produtividade do trabalho. Então, é uma regra que, obviamente, como toda regra tem os seus problemas, mas que tem o mérito de considerar esse parâmetro econômico e, portanto, tende a se mostrar sustentável economicamente e criteriosa. Então, se essa regra fosse reproduzida, quer dizer, a recuperação do salário mínimo passaria a ser função do crescimento demográfico e do crescimento econômico. O crescimento demográfico é uma variável que está dada, que hoje não nos preocupa, a população brasileira cresce em média pouco mais de 1% ao ano e a variável crítica, efetivamente, aí eu volto ao ponto levantado pelo Sr. Flávio Benatti, é o crescimento econômico. Quer dizer, com o crescimento econômico de 7% ao ano em termos de PIB, em termos reais, um crescimento de PIB 7% ao ano, o poder de compra do salário mínimo poderia dobrar em um horizonte de cerca de uma década. Bom, uma década é muito, exige muita paciência. Sim, mas a verdade é que nós estamos patinando nessa questão há muito mais tempo que isso. Então, isso já representaria um progresso. Portanto, na nossa avaliação, a agenda de fortalecimento do salário mínimo ela não pode estar, não deve estar dissociada da agenda da aceleração do crescimento econômico. 7% à luz, à vista dos parâmetros de hoje, parece muito, mas foi o nosso crescimento médio anual no período que vai do pós Segunda Guerra até o final da década de 70, quer dizer, antes que se iniciasse a década perdida. Eu acho--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): V.Sa. tem mais um minuto para concluir.

SRA. SIMONE SAISSE: Com isso eu encerro, Presidente, obrigada. Eu acho que essas são as nossas principais considerações. [palmas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos convidar aqui para a Mesa agora o Dr. Carlos Tadeu de Freitas Gomes, Confederação Nacional do Comércio, e o Dr. Luciano Marcos de Carvalho, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Queremos registrar aqui a presença também do Dr. Daniel Antunes, assistente jurídico da FIESP. Tem a palavra o Dr. Carlos Tadeu de Freitas Gomes, representando a Confederação Nacional do Comércio.

SR. CARLOS TADEU DE FREITAS GOMES: Presidente, Deputado Jackson Barreto, Vice-presidente, Deputado Walter Barelli, Senador Paulo Paim, senhores presentes, Sr. Senador, também Sra. Senadora, para nós da CNC é realmente muito importante estarmos aqui porque realmente o comércio é um dos setores que tem maior ganho com o aumento da renda real da população. Evidentemente que quanto melhor for a renda real, melhor será a venda real do comércio. Nos últimos anos nós temos observado que o faturamento real do comércio tem caído. A partir do ano passado é que ele aumentou substancialmente. Mas, desde que foi criada esta pesquisa, que nós temos do IBGE, que tenta mensurar as vendas reais do comércio, foi criada seis anos atrás, o comércio tem tido dados ruins, negativos. A partir do ano passado é que o comércio teve uma evolução muito boa. Ano anterior também, em 2004 o comércio teve uma evolução bastante satisfatória, é provável que o comércio tenha crescido ano passado 5%, cresceu 9% no ano 2004, esse ano a nossa expectativa é de um aumento nas vendas reais do comércio na faixa de 6% que é um número razoável para quem estava crescendo menos. Isso devido a quê? Devido, principalmente à estabilidade de preço na economia brasileira com o regime de meta de inflação que possibilitou ancorar as expectativas inflacionárias e melhorou um pouco a massa real de renda de salários. Evidentemente, como é que se encaixa aí o salário mínimo? O salário mínimo para nós, principalmente é um ponto de crescimento econômico. Quer dizer, o salário mínimo ele, como diz o nome, é o mínimo,

o Brasil já tem vários estudos feitos, bons trabalhos mostrando que aumentar o salário mínimo cai a pobreza. Isso é indubitável. A região Nordeste é uma dependência muito grande do salário mínimo. Agora, nós temos vários aspectos a serem levados em conta. Eu acho que o principal aspecto dele é o seguinte, a nossa economia ela precisa crescer mais para que o Brasil possa ser mais generoso em termos de aumentos reais do salário mínimo. Eu acho que o aumento que foi dado esse ano foi bastante satisfatório, como a expectativa de inflação é de queda, vai dar um ganho real muito bom, principalmente a partir do mês de maio, porque a expectativa do IPCA é de queda, isso se transforma em poder de compra que por sua vez permite o comércio a vender mais, os governos vão arrecadar mais também e conseqüentemente isso é um ganho para o crescimento econômico. O lado ruim da moeda, como toda moeda tem o lado bom e o lado ruim, como nós já sabemos, já foi dito aqui várias vezes, é o lado das despesas públicas, é o cunho fiscal do salário mínimo. Essa é que... Eu acho que seria palco dos nossos debates constantes, porque não há dúvida que para o setor produtivo, o salário mínimo real ele tem que ser sempre o melhor possível desde que não afete também a produtividade... [inaudível]. Da área, quer dizer, se é uma produtividade muito baixa, não permite ganhos reais excessivos. Mas, tendo em conta que o setor real da economia brasileira ele é um setor também penalizado pela taxaço exagerada, pelos juros reais astronômicos, então, toda hora que ele tem que gastar mais, ele também ele é penalizado pelo outro lado da moeda. Então, olhando desse outro lado da moeda é que eu acho que nós temos que enfatizar o salário mínimo real. Até que ponto o Brasil ele vai agüentar um crescimento da dívida pública mobiliária que se ano passado foi de 20% em termos nominais, coincidentemente em termos reais está crescendo 12% igual o salário mínimo vai crescer agora, porque realmente os nossos juros reais são estratosféricos isso não permite ao próprio Governo a gastar mais onde tem que gastar. Na área de investimentos, por exemplo. Então, toda hora que aumenta a despesa da Previdência, o Governo é obrigado a cortar investimentos que é fundamental para a economia brasileira. Por sua vez, o custo dos juros reais hoje sobre o PIB, o ano passado bateu na faixa de 7,5%, o ano de 2003, quando o Brasil precisou apertar mais a política monetária, os juros reais chegaram a 7% do PIB, o ano passado, que a inflação já estava em queda, que existia uma liquidez internacional muito boa o juros reais chegaram a nível de 7,5%. Então realmente inibe, constrange qualquer iniciativa de você aumentar o crescimento econômico. O empresariado ele hoje está amarrado pela taxaço, que hoje é uma das maiores cargas tributárias em relação ao PIB e está amarrado pelos juros reais. O pequeno e o médio empresário principalmente, e o grande não. O grande tem alternativas, ele vai e toma recursos a custos mais inferiores, tem acesso aos mercados internacionais, os grandes exportam. Agora, o pequeno e médio realmente estão muito apertados. Agora, o salário mínimo ele é fundamental para o mercado informal de trabalho também, que usa o salário mínimo como um certo farol. Apesar de nós não termos dados sobre esse mercado informal de trabalho, estatísticos, mas ele tem um componente muito importante no Brasil em termos de demanda agregada. Então, devido a isso, toda vez que há aumento no salário mínimo, permite você segurar um pouco a economia. Por exemplo, se nós olharmos a renda média do trabalhador nos últimos anos, nos últimos dois anos, não tem crescido muito. Ano passado cresceu um pouco mais devido à baixa da taxa inflacionária. Mas, apesar da renda média não ter crescido, o salário mínimo cresceu nesses últimos três anos em termos reais, o que deu uma contrapartida a uma renda média que andou mais devagar. Por que é que andou mais devagar a renda média? Pelo fato de a economia não crescer o suficiente, ela estava toda embalada para crescer em 2005 quando houve um cerceamento do crescimento econômico por uma expectativa de trazer a inflação para níveis da meta central, 5,1. Isso aí trabalhou toda essa política que já estava engatilhada de crescimento econômico que é a política fundamental para nós sermos mais pródigos no salário mínimo. O comércio ele tem se beneficiado, nos últimos dois anos, de uma economia que está convivendo em níveis mais baixos de inflação. Isso é fundamental. Quer dizer, nós podemos criticar aqui o lado ruim do aumento da dívida pública, que os investimentos públicos têm sido baixos, mas nós temos que elogiar a estabilidade e preços, que tem

dados ganhos reais aos salários, e principalmente ao salário mínimo. Porque... À medida que ele é dado geralmente em um mês, que em termos sazonais é bom para a perspectiva inflacionária, o mês de abril e mês de maio é onde os índices inflacionários ficam menores, porque não têm pressões de outros preços na economia. Então, por exemplo, esse ano o aumento do salário mínimo vai injetar recursos, realmente, porque vai ser num momento de inflação muito baixa. O que vai favorecer as vendas na área do comércio, vai favorecer também em termos de mais impostos, quer dizer, o Governo vai arrecadar mais. Agora, o grande ponto é que não é possível aumentar mais a carga tributária para sustentar níveis de salário mínimo reais mais elevados. Quer dizer, o Governo vai aumentar sua despesa, mas não pode aumentar a carga tributária. Onde é que ele tem que apanhar recursos, então? Existem recursos. Primeiramente, uma prática de taxa de juros reais mais módicas, nós estamos pagando juros reais de 13% ao ano, enquanto que o normal é 4, 5% ao ano. No passado, o Deputado Walter Barelli se lembra muito bem, nós tínhamos taxas de juros reais na faixa de 6, 7%, e o país caminhava, o país andava. Agora, dobrando a taxa de juros reais realmente... É realmente um monumento para o crescimento da dívida pública interna. Outra coisa mais importante, quer dizer, não é focalizar só no salário mínimo, mas é importante focalizar também que... Ontem, por exemplo, o Secretário do Tesouro falou que a previdência não está mais suportando, tem que fazer uma reforma, o Brasil precisa de um acordo mais amplo, acordo social. É importante, mas agora, por sua vez, a grande... O que tem que ser feito hoje é uma racionalidade maior na política macroeconômica. Por quê? Porque se nós olharmos, por exemplo, que hoje quem aplica no mercado financeiro, os chamados rentistas estão tendo ganhos reais extraordinários em função dessas "benesses" de pagar taxas altas na dívida pública interna. E outras coisas, quer dizer, a recente troca de dívida cambial, que é uma dívida barata por uma dívida... Indexar à taxa de juros levou também a perdas fiscais. Então, acho que hoje o Governo tem que estar preocupado com a perda fiscal. Ele não pode se dar ao luxo de exagerar na dosagem, de praticar juros reais elevados, não pode exagerar ao fazer trocas de dívidas que tenham ônus fiscal para que ele possa cortar menos em outras áreas como investimento público, por exemplo. Agora, eu acho que em termos políticas de salário mínimo, qualquer indexação, quer dizer, a política que signifique uma indexação no salário mínimo não é muito bem-vinda do ponto de vista de gerar uma nova perspectiva de indexação da economia brasileira. Agora, gerar uma certa relação, correlação do aumento real do mínimo com o PIB *per capita*, isso é importante, como está andando hoje realmente o nosso trabalhador, está mais produtivo, menos produtivo. Agora, do ponto de vista prático realmente vai ser difícil, Deputado, nós termos uma fórmula no momento que a expectativa inflacionária ela é de queda, mas a expectativa de crescimento econômico ainda... É meio na dúvida. Quer dizer, o Brasil está crescendo esse ano de novo, e vai crescer mais do que cresceu... No ano passado provavelmente o nosso PIB tenha crescido 2,2. A taxa é muito pequena. Os países emergentes cresceram muito mais do que o Brasil. Esse ano, crescendo três e meio ainda a taxa é muito pequena. Então, enquanto nós não começarmos o nosso vôo maior de cruzeiro, quer dizer, nós não tivermos uma taxa de crescimento econômico que seja sustentável ao longo do tempo, é difícil falar numa política de indexação de salário mínimo às variáveis macroeconômicas, porque a economia vai sempre crescer pouco, então, eu acho que é importante agora, nessa fase, nós termos realmente aumentos reais de salário mínimo e realmente há espaço para o setor produtor agüentar aumentos reais de salário mínimo sem conseqüências maiores, desde que esse aumento real seja palatável, e porque também ele está se beneficiando desse aumento real ao vender mais. Agora, por sua vez, se nós olharmos também a política cambial ela tem ajudado também o salário mínimo, porque o poder de compra em dólar tem crescido bastante, é uma variável e também é muito importante a ser levada em conta, porque às vezes fala: "Não, nós temos que ter nossa moeda depreciada para exportar mais". É evidente que o real não pode ser uma moeda valorizadíssima como já foi no passado, mas também nós não podemos deixar que cada consumidor, cada trabalhador ganhe com os nossos termos de troca mais favorável, no comércio exterior. Isso tem ajudado também o salário mínimo pelo seu poder de compra em dólar

devido aos termos de troca do Brasil que melhoraram lá fora, as nossas *commodities* [inaudível]. De preço. Em qualquer circunstância eu acho que nós estamos na rota correta, é importante esse tipo de discussão que nós estamos tendo hoje aqui e eu acho que realmente, para o comércio, o que interessa é crescimento econômico como também para a indústria e transporte. Mas, o comércio esse é o item... É o que se beneficia mais de uma melhora na renda real do consumidor, porque ele... O comércio tem que ter liberdade, tem que ter fronteiras abertas, e tem que ter mais vendas, e o salário mínimo real em níveis compatíveis [soa a campainha]. Desde que isso não penalize muito nossa dívida pública, que é o ponto que eu acho mais importante, ajuda realmente a aumentar as vendas reais do comércio. Obrigado, Deputado. [palmas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Dr. Luciano Carvalho, da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

SR. LUCIANO MARCOS DE CARVALHO: Caro Deputado, Jackson Barreto, primeiro nossas escusas, quem viria aqui seria o Dr. Rodolfo Tavares, que é o representante e eu hoje... Me desculpe mais uma vez, eu estou absolutamente afônico, mas eu gostaria, mesmo assim, de tentar colocar algumas premissas de trabalho e que a gente iria traduzir isso também numa nota... Num procedimento que entregaremos para o senhor até sexta-feira, se possível. Caro Walter Barelli, Deputado Barelli, Senador Paim, Professor Cristovam, Senadora Heloísa Helena. Bom, em cima dessa reflexão que nós iríamos construir com os senhores hoje, ela é fundamentada num tripé, aonde a gente tenta buscar o equacionamento da questão do mínimo, da remuneração, aonde a gente buscaria essa questão com as políticas de Estado que é uma variável muito forte, independente onde é que se enquadra aí previdência e a questão fiscal. Só da Previdência, eu gostaria de lembrar, com relação à política do segurado especial hoje são 50 bilhões. É um programa... É talvez o maior programa social da América Latina, é um programa que tem um alcance incrível, principalmente nas regiões menos favorecidas. Mas, é necessário o equacionamento desse impacto do mínimo com a política pública, então, é uma variável que tem que ser assim equacionada dentro do âmbito dessa esfera de Governo e sociedade para definição dessas políticas públicas ou de como vamos separá-las para analisar. O segundo eixo dessa conversa, bom, essa conversa passa também pela questão do ônus da folha de pagamento sobre a folha de salários e o setor tem já alguns fatos, alguns tratamentos diferenciados que deram certo e que vêm dando, o nosso setor é tributado sobre faturamento. Então, eu acho que por aí tem um viés interessante que nós podíamos explorar nessa questão do salário. E o terceiro eixo... Perdão, esse é o primeiro eixo. O segundo eixo seria nessa questão do exercício das relações de trabalho, que é o exercício sindical aonde também tem muita coisa que pode se evoluir, readequar e buscar porque as flexibilizações hoje são, de certa maneira, pequenas ainda, de modo a permitir melhor distribuição, melhores ganhos e melhor divisão para isso tudo. E finalmente, o terceiro eixo que a gente iria analisar é a questão econômica, aonde a questão da produtividade e da competitividade e desse equilíbrio do coletivo e do individual, que isso é muito importante, é determinante para o... Até quando a gente pode... Porque seria muito... Será que é interessante manter exclusivamente dentro... A questão do salário mínimo dentro do âmbito só coletivo? O que é que nós poderíamos andar nessa... Marchar nessa questão individual da produtividade. A produtividade, quando falo em produtividade, pessoal, é dentro do sentido econômico e não do abuso... Da forma. Da forma de se buscar a produtividade do trabalho e a produtividade econômica. Então, nessa nota é que a gente queria trazer aqui para a discussão. Infelizmente... E eu acho que se eu insistir, eu vou é cansá-los e torná-lo desagradável essa conversa. Mas, agradecemos a oportunidade e ficamos aqui à disposição para se for incitada a participar dos debates e apresentar a nota ao final. Obrigado. [palmas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos convidar para a Mesa o... [inaudível]. Vamos abrir o debate. Inscrita aqui a Deputada Vanessa Grazziotin, para quem passamos a palavra agora.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós estamos dando um espaço, que eu acho que é importante, para os Deputados e Senadores presentes. A Mesa, em seguida, faz algumas considerações, algumas perguntas, mas eu acho que abrir um espaço para termos o privilégio de ouvir aqui sobre o tema Vanessa Grazziotin, Senador Cristovam e Heloísa Helena eu acho que é importante para nós todos.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Imagina. O privilégio de todos nós seria ouvir o Relator, mas não tenho dúvida que ao final dos debates ouviremos uma brilhante explanação do Senador Paulo Paim. Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar os convidados do dia de hoje e dizer que nós estamos aqui, conforme o Presidente já deve ter exposto, num conjunto nesse primeiro momento debatendo com todos os segmentos da sociedade, semana passada tivemos um debate riquíssimo com todas as centrais sindicais, que aqui estiveram e hoje estamos tendo esse debate importante também com os representantes patronais, dos setores patronais. Eu entendi que os senhores estariam deixando à Comissão, pelo menos, vários representantes de várias confederações, algumas sugestões por escrito. Seria importante. Agora, eu peguei algumas intervenções, não peguei desde o início, e percebo algumas coincidências, algumas preocupações que estão presentes em todas as intervenções dos senhores. Uma delas diz respeito ao desequilíbrio das contas públicas basicamente por conta da Previdência Social. A gente tem debatido muito isso aqui na Comissão, mas chegamos à conclusão que a Previdência Social ela não é algo isolado, ela faz parte do sistema de seguridade social brasileiro. E quando a gente analisa a seguridade social brasileira, a seguridade social brasileira não é deficitária. Ela não é deficitária. Então, nós entendemos que, ao invés de levantarmos esse aspecto, Senador Cristovam, como um aspecto de impedimento para a recuperação do valor real do salário mínimo, nós devemos levantá-lo de outra forma mostrando que é preciso tratar a seguridade tal qual determina a Constituição brasileira. E da seguridade faz parte como um dos elos, um desse tripé a Previdência Social. Ela, por si só, nos seus números secos, o quanto arrecada e quanto paga de benefícios talvez seja deficitária, mas a seguridade não é. Os recursos para a manutenção da seguridade social, de acordo com estudos feitos por inúmeras entidades, e negado nem pelo Governo, seriam suficientes para garantir esses impactos do salário mínimo, de aumento de salário mínimo no setor público, enfim. Eu defendo essa tese. Mas tem aqueles que defendem, por exemplo, a tese da separação, do piso do salário mínimo para o benefício da Previdência Social. Eu queria ouvir de forma mais clara dos senhores. Qual é mesmo a opinião em relação a isso, se seria possível falar de forma mais clara, aberta. Eu tenho uma opinião clara, aliás, há vários de nós aqui contra isso. Achamos que não é, de longe, separando o salário mínimo do teto da Previdência que a gente vai resolver os problemas da economia brasileira, pelo contrário, nós estaríamos agravando ainda mais o problema do aposentado brasileiro. Esse sim, que vive vê um problema sério. Não há vinculação qualquer no país mais de valor de benefício para manter. Não há qualquer expediente que garanta a manutenção do poder de compra do benefício recebido. A não ser o piso. Então, se o trabalhador se aposenta com o mínimo, ele terá direito ao mínimo sempre, pelo menos dentro da política adotada no momento. Mas, os demais aposentados, esses não têm qualquer vinculação. E o que acontece? Acontece que cada vez mais eles vão se aproximando, os benefícios desses aposentados vão se aproximando do salário mínimo. E não vai demorar muito, nós teremos uma massa... O Senador Paulo Paim toda reunião levanta esse aspecto, que é grave. E nós estamos dispostos nessa Comissão, a debater essa matéria também. Não só como recuperar o salário mínimo brasileiro, que política podemos adotar visando a essa recuperação, mas como garantir, também, o poder aquisitivo dos aposentados brasileiros, porque nós estamos vivendo, nos aproximando de um momento extremamente delicado. Extremamente delicado. Insuportável para a maioria dos aposentados brasileiros. E eu consumo dizer, Senador, que eu não preciso buscar o exemplo de fora não, eu pego o exemplo dentro da minha casa, o meu pai, que é um aposentado do INSS, quanto ele ganhava quando se aposentou e quanto ganha hoje. Primeiro, o teto da Previdência está muito distante de vários níveis salariais. [soa a campainha]. Enfim, esse é um aspecto. E o outro aspecto, Sr. Presidente, já para

concluir, diz respeito à adoção de salários mínimos regionalizados. Olha, saiu no Jornal da Câmara, do dia 6 de fevereiro, acho que é de ontem, de segunda-feira, Sr. Presidente, uma matéria que traz, aliás, V.Exa. muito bonita aqui ilustrando a matéria, Deputado Jackson Barreto, muito elegante, como sempre. [risos]. Mas na matéria diz o seguinte em seu final, que há quem defenda diferentes valores de salário mínimo para cada região do país e cita quem defenda o meu nome. Eu nunca falei isso aqui. Então, eu gostaria, Presidente, que V.Exa. faça aqui um apelo ao Jornal da Câmara, um apelo para que corrija isso. Pelo contrário, eu sou uma das defensoras, uma das maiores defensoras do salário unificado no Brasil inteiro. Mesmo porque eu não represento aqui o Sudeste brasileiro, uma região rica, que certamente teria condições de garantir um salário maior em decorrência da fatia do PIB que detém e eu venho do Norte do país, então, mais do que ninguém eu sou contrária a isso. Então, Sr. Presidente, que solicitasse que fosse corrigida essa notícia até em forma de errata do Jornal da Câmara para que não pare qualquer dúvida que a nossa defesa, a nossa luta aqui é para garantir não apenas um valor melhor para o salário mínimo, mas o salário mínimo nacional, mínimo nacional garantido para todos os trabalhadores de norte a sul passando pelo nordeste, terra de V.Exa. até chegar no centro-oeste. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Muito obrigado, Deputada. Nós faremos chegar à Assessoria de Comunicação do Senado, o pedido de V.Exa. que é procedente. Nós estamos aqui nesta Comissão... Na Sessão passada e em nenhum momento V.Exa. defendeu um salário mínimo diferenciado, um salário mínimo regional. Passamos a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. palestrantes, Deputadas, Deputados, Senadoras, Senadores, eu tenho uma preocupação aqui, lembrando o objetivo dessa Comissão. Nós queremos saber como fazer para o Brasil corrigir ao longo dos próximos anos, a vergonha de um salário mínimo tão baixo e a ineficiência de um salário mínimo tão baixo. Esse é o objetivo nosso. Então, que medidas tomar para isso? E, a primeira coisa que eu gostaria de provocar é: Que medidas estruturais a gente pode tomar que mudam isso? Não apenas medidas fiscais, não apenas medidas monetárias, estruturais. Porque a causa do salário mínimo brasileiro não está apenas na vontade das pessoas que determinam o salário mínimo. Está também em causas estruturais, de uma economia que não põe-se subordinada aos interesses nem nacionais e nem populares. Obviamente mantida sua eficiência, porque sem eficiência não é nem economia. Uma economia aonde o trabalhador tem uma produtividade baixa. Não podemos esquecer isso. Então, a causa estrutural é um problema da produtividade do trabalhador. Então, qual é o nosso programa para em 15, 20 anos a produtividade do trabalhador, estar maior de que essa? Senão a gente vai ficar no problema apenas do valor monetário a cada ano, ou dois anos, ou mesmo com uma política de reajustes, mas a gente está limitando, está esquecendo o fundamental, quais são as causas estruturais que mantêm o salário mínimo baixo. A não ser que diga-se que não há nenhuma causa estrutural, que é pura vontade própria, daqueles que determinam o salário. Segundo, que a gente trabalha o salário mínimo, visto não apenas no valor do contracheque, mas nos bens e serviços adicionais que o trabalhador brasileiro tem acesso garantido pelo Estado. Se a gente for olhar o salário mínimo de alguns países, como Cuba, o salário mínimo dele é muito mais baixo do que o nosso. Mas, lá não tem problema de educação, saúde, e até outras coisas são subsidiadas que começam a parar agora, porque de fato chegou a um ponto que começou a gerar ineficiência. Eu cito até um exemplo, Senadora Heloísa, recentemente o Presidente Fidel Castro fez uma palestra para jovens universitários e perguntou: "Quem aqui sabe o valor da conta de luz da sua casa"? E nenhum sabia, porque é quase de graça. E por causa disso as usinas hidrelétricas estão parando todas. E eles estão fazendo uma mudança radical, aumentando a tarifa, até para que as pessoas usem equipamentos domésticos mais eficientes. E estão doando equipamentos, porque chegaram à conclusão que sai mais barato pegar uma geladeira velha e dar uma nova, do que manter de graça a energia da geladeira velha. Então, quais são as causas estruturais? Quais são os valores do salário

indireto que o trabalhador deveria receber gratuitamente, sob a forma de uma boa educação, de um bom sistema de saúde, de apoio à habitação. E só depois disso é que eu acho que a gente deve discutir em detalhes, não por ser menos importante, mas porque é o debate técnico, como fazer para viabilizar as contas das empresas e as contas públicas, para que seja possível pagar esses salários maiores, tanto os diretos como os indiretos. Eu temo Sr. Relator, Senador Paim, que se a gente não der um salto de ousadia para pensar salário como uma coisa muito mais ampla, e de uma forma muito mais ambiciosa, do que a gente parece estar pensando. Nós vamos apenas ser mais uma Comissão, dessas de reajuste salarial anual, só que vai trabalhar plurianualmente. Mas do mesmo jeito. Eu queria provocá-los para que a gente use mais a imaginação, no sentido de pensar: "Como romper as causas estruturais que fazem um salário mínimo serem tão baixos no Brasil?".

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Bom, primeiro saudar os participantes, os representantes das presidências do setor patronal. Bom, evidente que esse debate, ele não pode ser desvinculado nas nossas convicções ideológicas, das nossas concepções programáticas, das nossas visões de mundo. É impossível fazê-lo, seria desonestidade intelectual fazê-lo, farsa técnica e fraude política. Até porque a necessidade de mudanças estruturais profundas ou no âmbito das questões macroeconômicas e, portanto, controle de capitais, aumento dos gastos públicos, investimentos nos setores que dinamizam a economia local, gera emprego, gera renda e nas políticas sociais ele está completamente vinculado às convicções ideológicas, a não ser quem acredita no fatalismo. Quem acredita no fatalismo do fim da história, que nós já chegamos no fim da história, portanto só tem o projeto neoliberal e o pensamento único, que se contente com essa cantilena, que ao meu ver é enfadonho e mentirosa. Mas é evidente, que respeito a Direita ideológica, e não respeito os cínicos dissimulados ou enamorados da terceira via ou aqueles que fingem ser de Esquerda e defendem o modelo econômico completamente vinculado à Direita. Mas quem é de Direita, eu respeito, está lá para defender um determinado modelo, uma concepção de mundo. E aí sempre é muito difícil abordar essa questão, sem tratar do modelo econômico. Porque convenhamos. Dizia muito bem a senhora Simone, a Dra. Simone, que no mundo da economia não há nada de graça, e há de fazer escolhas. Está absolutamente correta. Não há nada de graça, há de fazer escolhas e mágica não há. Até porque ninguém vai convidar para a Comissão David Copperfield. Agora existe uma coisa concreta. Existe uma coisa concreta... Não adianta remeter aos pequenos municípios o problema, porque não é verdade, é falso do ponto de vista fiscal, orçamentário contábil é falso. Poderíamos, inclusive, ao estabelecer um aumento de menos de 2% do Fundo de Participação dos municípios, da conta do aumento do salário mínimo não para esse montante, que de fato não dobra o poder de compra do salário mínimo, está a um abismo do que estabelece a Constituição, que ninguém aqui está a defender, os mil e quatrocentos reais, já estamos a defender que o Presidente da República cumpra sua promessa de campanha de dobrar o poder de compra do salário mínimo, o que elevaria para quinhentos e setenta reais, ou ao menos do ponto de vista nominal para quatrocentos reais. Então, isso é dado. Aí, alguém poderá dizer: "Ah, só se chamar o David Copperfield". Mentira, não é verdade isso. Não é verdade, porque essa velha conversa de que tem que ter crescimento econômico é verdade, agora o que não pode é a velha máxima, que a história e a realidade objetiva já condenou, que é a história de crescer o bolo, fazer o bolo, deixá-lo crescer, para depois dividir. Isso nada de criativo há nessa justificativa. Então, por que é que não se mexe nas questões econômicas para que não sobre sempre para o elo mais frágil da relação do capital/trabalho, que é o trabalho pagar a conta. Não é possível isso. Não é possível que sempre se reproduza que sempre sobrar... E aí, Senador Cristovam, nós não estamos falando em fazer nenhuma revolução socialista, não atormentem as mentes e os cadáveres dos que falavam do socialismo. Não tem nada a ver com isso. É ao menos garantir a exploração do trabalho,

e não a superexploração do trabalho, que é o que acontece hoje. Isso que é o que acontece. Não se fala da exploração do trabalho, está se falando da super exploração do trabalho. É exatamente isso, que esse tipo de política econômica dá. Mentira dizer que os municípios não podem. Os mais pobres municípios do nordeste, como alguém aqui falou não me lembro quem, que tem sua economia local dinamizada às custas do recebimento da ridícula aposentadoria do INSS, mais do que o Fundo de Participação de município, basta ver no comércio. Qualquer representante da Federação do Comércio basta ver. Analisa como é que dinamiza a economia local. Quando recebe a aposentadoria, mais do que o repasse do Fundo de Participação do município. Então, o aumento do salário mínimo dinamiza a economia local, gera emprego, gera renda, portanto, diminui o risco de parques produtivos serem destruídos e desestruturados, porque tem gente para consumir. Então é bom para a indústria, é bom para o comércio, é bom para a economia local, é bom para o Estado, porque aumenta a arrecadação quando se paga mais impostos e quando tem mais gente consumindo. E diminui o custo da ciência social. Então isso é fato. Os municípios não quebram, basta que o Governo tome a decisão política, é uma decisão política, claro que vinculada às opções econômicas. Se o Governo faz opções econômicas diretamente vinculadas ao neoliberalismo, é evidente que fica difícil. Mas é possível fazê-lo. Aumenta o Fundo de Participação dos municípios, da conta de que os municípios brasileiros, dos pequenos aos maiores, consigam fazer isso. Não é um aumento ridículo, que nem o aumento ridículo se conseguiu votar. Porque para tudo tem "Mensalão", podridão... Compra tudo para votar qualquer projeto para retirar direito dos trabalhadores. Na hora de aumentar, porque o percentual de aumento do Fundo de Participação, Senador Cristovam, todos os parlamentares sabem. É ridículo quando dividir para mais de cinco mil municípios brasileiros. Então, os municípios conseguem pagar, é uma decisão política, claro que esperamos sempre que o Congresso Nacional não funcione, como medíocre anexo arquitetônico dos interesses das definições do Palácio do Planalto, portanto tenha vida própria, e essa Comissão possa garantir isso. Ponto. Então os municípios podem. A Seguridade Social. Que conversa é essa? Eu sinceramente, eu não agüento essa conversa, que a Seguridade não pode pagar que quebra a Previdência. Vararam a madrugada às custas da podridão do "Mensalão" para fazer uma Reforma da Previdência, fizeram a Reforma da Previdência e agora estão dizendo que não pode mais. Claro. Porque aumenta a informalidade, a desestruturação dos parques produtivos, esse tipo de política econômica de juros que leva o setor produtivo para os deuses para alguns, que para mim é encosto, da turma do mercado que é para investir no setor especulativo, basta ver o que vão fazer amanhã, porque amanhã... Os Presidentes não vieram hoje aqui, mas vão estar amanhã para o lançamento, líder do Governo no Congresso Nacional e o Presidente do Congresso Nacional vão apresentar amanhã um projeto que aí é que vai desestruturar mesmo. Porque é o "liberou geral" do câmbio. Aí que vai desestruturar mais ainda as reservas de dólar. Então, vai ser apresentada amanhã... Aí é que vai ficar a farra boa, porque a turma do mercado. Dos deuses do mercado, fingem uma sofisticação técnica que não têm, nenhuma sofisticação técnica, trabalham, não se submetem sequer aos riscos do capital, porque essa gente ao se submete. Então, quem está no setor produtivo, pagando imposto, gerando emprego, dinamizando a economia local vai para lá, para o caminho mais fácil, porque quem está no setor agrícola não vai se submeter às intempéries climáticas, ao desemprego, à impossibilidade de consumo. Vão tudo para lá, funcionar como os bandos que fingem sofisticação técnica, mas trabalha como fofoqueiros, bandos agindo conspirando contra o interesse público. Então, a Seguridade Social é mentira dizer que a Seguridade Social não agüenta. Que conversa é essa? É fato que o Fernando Henrique criou a desvinculação de receita da União, que como toda verborragia da patifaria neoliberal tem nomes bonitos, mas que significam simplesmente saquear dos cofres públicos, mais de 20% do dinheiro da Seguridade Social. Fernando Henrique criou por quatro anos. Lula achou pouco e prorrogou por mais quatro anos. Aí depois vem falar de crise, da Previdência, da Seguridade Social. Alto lá. Tirem as patas do dinheiro da Seguridade Social, [soa a campainha] porque o dinheiro da Seguridade Social é o dinheiro do setor produtivo que paga e é o dinheiro do trabalho que paga e paga muito

mais. Muito mais, porque o trabalhador favelado paga muito mais que a Deputada, do que a Senadora e do que o maior empresário do país. Paga muito mais. Então, fica muito difícil que sempre sobre para eles. Portanto, é mentira dizer que não tem superávit na Seguridade Social. Tem. Agora, façamos à discussão de diminuir o saque. Ou diminuir o superávit. Se diminuir menos de 8% dos malditos mais de 4% que está estabelecido para o superávit, é suficiente para que a gente... Dinamizar a economia faça mais investimentos, viabilize as políticas sociais e possa, de fato, garantir o salário e os cálculos que estou fazendo, não é o salário do que está proposto não, é dos quinhentos e setenta reais para o Presidente da República cumprir a sua promessa de campanha de dobrar o poder— [interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Tarcísio Zimmermann. O Senador Paulo Paim disse que V.Exa. pediu a inscrição. Não? Com a palavra o nobre Deputado Walter Barelli, Vice-presidente da nossa Comissão.

DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputados e depoentes das nossas confederações. Esta audiência era para pedir a colaboração das confederações trazendo idéias, porque esse projeto que nós queremos fazer é um projeto para o Brasil. Ou nós consideramos esse salário mínimo que temos hoje suficiente, ou devemos ter uma idéia de para onde caminhar. Hoje virou moda se falar em responsabilidade social. Isso se diz muito entre as empresas. Agora, a responsabilidade social é ajudar esse país a estabelecer, com critérios, uma correção no tempo. Ninguém está pensando aqui em estabelecer números no curto prazo. Nós queremos um caminho, e queremos saber quanto tempo demora para esse caminho ser cumprido. Certamente, uma parte do que foi falado, tem que ser respondido pelo Governo, e não pelo setor empresarial. Ele que precisa equacionar questões colocadas como essa da Previdência, da política macroeconômica, e tudo mais. Agora, setor empresarial sabe também, e pode também dizer o que precisa ser feito. Nós, ao recebermos essa incumbência dessa Comissão Especial Mista, foi para desenhar um caminho, definir. Em quanto? Dez anos? 15 anos? 20 anos? O Brasil assinou as chamadas metas do milênio. Nós temos que reduzir a pobreza pela metade até 2015. O Brasil assinou. Algumas coisas estão sendo feitas nessa direção. Agora, a política do salário mínimo é uma política também de redução da pobreza. E mais eficaz, porque em vez de dar, ela garante o trabalho do cidadão, até o informal, como o Carlos Tadeu colocou aqui. Então, é essa colaboração que a gente espera quando vierem os documentos, todos aqui apresentados. Quando a Dra. Simone fala que, se o Brasil crescesse 7%, ele podia dobrar o salário mínimo num determinado período de tempo. Bem, mas o Brasil cresceu 7% de 48 à década de 70. Final da década de 70. O salário mínimo cresceu até o ano de 60, 61, 62. Depois passou. Apesar do crescimento do produto, com um grande crescimento da produtividade do trabalho, o salário mínimo caiu de cerca, em reais de hoje, mil e trezentos reais para os trezentos que nós temos hoje. Só pagou mil e trezentos, quando o trabalhador estava começando a ser treinado pelas multinacionais. E caiu para trezentos, quando hoje nós temos essa economia já num outro milênio. Então, é muito importante, eu acredito, essa Comissão vai precisar de dados sobre produtividade do trabalho. Falar só da *proxis(F)*, produtividade ser igual ao Produto Interno Bruto *per capita*, é reduzir essa questão. É reduzir essa questão, porque crescer de acordo com o Produto Interno Bruto *per capita*, significa crescer quando deveria crescer a partir agora se o salário mínimo já fosse adequado. Mas se nós queremos adequá-los ao texto da Constituição, ao que nós pensamos que deva ser a renda mínima do brasileiro, o padrão de vida do brasileiro, isso nós precisamos de mais dados. A representação do comércio mostrou é importante para crescer que o salário mínimo cresça. É só o comércio que quer que o salário mínimo cresça? É só o comércio que vai ganhar com uma política de renda melhor? Então, nós precisamos renovar nossas agendas, porque o Congresso está querendo, sentindo que precisa ser feito. Pensa nessa possibilidade. E não quer fazer aos saltos, não quer fazer sem conhecimento. Vai precisar adequar, como disse o Senador Cristovam, toda essa

reformulação viabilizando as empresas. Nós queremos salário mínimo mais alto, para a população viver melhor, mas para as empresas crescerem. Os países de renda mais alta tem empresas mais fortes. E precisamos também adequar à economia brasileira para isso, como falou o Senador Cristovam. Então, há problemas, não é fácil, mas pelos azares todos, nós vivemos regimes fortes, ditatoriais que impuseram uma política de arrocho violenta. E até agora não conseguimos sair disso. Embora muitas das empresas, tenham um outro tipo de comportamento, tenham uma outra forma de estabelecer a sua inserção, a sua responsabilidade com os seus trabalhadores. Então, a nossa Comissão, já que nós vamos receber os textos das confederações, quer respostas para que se possa construir política. Nós não somos sábios que vamos dizer: O salário mínimo... Sei lá, dos Estados Unidos, cinco dólares e cinquenta por hora, devem ser viabilizados no Brasil. Mas, quantas horas que nós vamos colocar? Nós precisamos ter parâmetros, o que é importante para as empresas? Para os diversos setores? E como isso, a responsabilidade social também é olhar nas finanças brasileiras, se há problemas no que se referem à Previdência, nós aqui já ouvimos os depoimentos dizendo: "Olha, se olharmos para a Constituição, Previdência não é orçamento separado, é orçamento da seguridade". E o que deveria estar sendo dedicado também à Previdência, está sendo transferido para... Sei lá, gerar déficit primário e assim por diante. Então, essa intervenção aqui é mais no sentido de solicitar um esforço das assessorias, dos departamentos especializados das confederações, porque nós tivemos na Sessão anterior, as Centrais Sindicais trazendo alentados estudos, com os problemas praticamente equacionados. Então, ao fazer essa colocação, eu sei que nós vamos ter uma boa colaboração das entidades aqui depoentes. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Relator, Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, Senador Jackson Barreto, nosso Vice-presidente, companheiro Walter Barelli, eu queria agradecer a todos os representantes das entidades patronais, que aceitaram o nosso convite e vieram aqui dialogar conosco e com muita franqueza colocando suas posições. Isso é bom para o debate. É bom que cada um venha aqui, faça a sua exposição e diga exatamente o que pensa dessa realidade, ou seja, da questão tão importante como é o salário mínimo. Claro, que ao mesmo tempo em que eu entendo que os expositores colocaram a sua visão, e nós naturalmente Senadora Heloísa Helena, Senador Tarcísio, Jackson Barreto...

>> [pronunciamento fora do microfone].

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu sei que vai chegar lá. Por isso eu estou apontando, porque estou prevendo. Tarcísio, Jackson Barreto, colocam a sua visão sobre esse tema que nos é tão caro. Mas eu também quero deixar registrado aqui, infelizmente, a não presença da FIESP. A FIESP foi convidada, nós insistimos--

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): Amanhã V.Exa. fala com ele enquanto "liberou geral" do movimento [inaudível] Pura provocação. Desculpe Senador Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria registrar a não presença da FIESP, porque eu acho que seria importante nós insistimos, nós convidamos, e infelizmente o representante da FIESP não fez uso da palavra aqui, como nós havíamos previsto. Eu faço esse destaque... Não é nenhuma crítica especificamente a essa entidade... Eu acho que o convite... A pergunta que eu faço, para não complicar aqui na Mesa, o representante da FIESP falou?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Não.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então eu quero reafirmar o meu descontentamento, por a FIESP não ter feito uso da palavra e não dar a sua posição sobre um tema como esse. Eu podia convidar a FIERJ, do Rio de Janeiro, podia convidar a FIERGS do Rio Grande do Sul, mas numa deferência à FIESP, nós convidamos. E a

FIESP, infelizmente, me deu a impressão que não tem interesse pelo tema salário mínimo. Então, quero lamentar a não presença, porque até fui eu que insisti um pouco com algumas pessoas, que em vez de ser só entidade de caráter nacional, que se convidasse também a FIESP. Então eu dou a mão à palmatória pelo meu equívoco. Em segundo lugar, eu queria dizer a todos aqui presentes que esse debate continua, ele não termina hoje. Hoje é o primeiro momento. Porque nós pretendemos fazer com que esse debate ocorra durante todo o ano. Nós vamos visitar os Estados, nós vamos a São Paulo, vamos ao Rio de Janeiro, vamos ao Rio Grande do Sul, vamos a Santa Catarina, vamos a Alagoas, a intenção é visitar no mínimo dez regiões do país debatendo esse tema. Mas, eu confesso que eu deixaria como sugestão aos empresários, e vou dizer que esse debate tem que ser feito também. Por exemplo, por que é que a gente não debate com uma proposta construtiva, positiva, muito bem. Se o salário mínimo vai subir tanto, por que é que não discutimos alguma saída em relação à folha de pagamento? Por que não? Nós aqui... E vou levantar um caminho já. Já vou levantar um caminho. Por exemplo, Senadora Heloísa Helena, eu levantei na outra reunião e levanto também hoje, nós, hoje, se pegarmos empregado e empregador, só sobre a Previdência é 33% sobre a folha. Mais ou menos, ou seja, é 22,11 enfim... Ou seja, 30, 33%. Se pegarmos ainda parte do COFINS, que vai também da Previdência, que cai também sobre a folha, de repente estaríamos chegando a quase 36%. Isso é um debate que nós podemos fazer, de forma tranqüila, com todo o empresariado nacional. Mas alguém diria assim: Sim, mas e daí? Como é que fica então? Empregador não paga, empregado também não paga. Eu estou repetindo lá o que eu falei aqui para os representantes dos trabalhadores, que viram a proposta com simpatia e assinaram embaixo. E nós saímos dos encargos sobre a folha, e quem sabe tivermos um percentual fixo sobre o faturamento ou sobre o lucro. É algo a discutir. Mas, essa é a vontade da discussão. É estabelecer um debate que represente mais emprego, mais renda no bolso do trabalhador e, quem sabe, desonerando principalmente aqueles que mais empregam. Esse é um caminho que nós podemos percorrer. Por isso, que eu queria nessa minha fala muito rápida, dizer para vocês também, eu vejo que tem aquele debate sobre... "Ah, mas o salário mínimo não pode ser elevado". Só para a reflexão dos senhores. Contra o meu voto, contra o meu voto, passaram aqui uns cinco anos atrás os pisos regionais. O Rio Grande do Sul, eu diria que agora em primeiro de maio, vai ficar em torno de quinhentos reais mais alto. Paraná e Rio de Janeiro caminham na mesma linha. Estão bem acima de quatrocentos, enquanto que se debate aqui, quanto que ele vai ser elevado acima dos trezentos que é hoje. Poderíamos discutir aqui também essa questão do salário mínimo, que não tem esse impacto gigantesco, se pararmos para olhar com calma, nós temos o piso específico de cada categoria. Não tem uma categoria no Brasil que tem um piso menor que trezentos reais. Categoria que acertou isso em dissídio ou acordo coletivo. Quer dizer, e o salário mínimo não está indexado ao piso das categorias. Então, na verdade, eu acho que esse debate, quero dizer de novo de forma muito respeitosa a todos os representantes dos empresários, que aqui colocaram o seu ponto de vista, nós temos que fazer. É impossível que um país como um nosso, considerado alguns dizem, oitava economia, nona economia, décima economia do mundo, e nós estarmos ainda entre os dez países do mundo que tem a maior concentração de renda. Eu estou jogando para dez, mas é um pouquinho menos que dez. Então esse debate é um debate que nós vamos ter que enfrentar. A questão da Previdência, justamente os senhores levantaram aqui as suas preocupações, que nós aqui, claro, não é o momento de aprofundar, mas a visão dos Senadores e Deputados que estão aqui, que a Previdência, se nós efetivamente destinarmos tudo aquilo que a Constituição assegurou e a [inaudível] empregado/empregador nesse momento, em matéria correspondente a Previdência, ela é prioritária e nós vamos fazer esse debate com o Ministro da Previdência, como fizemos com outros Ministros do ano passado. Porque a contribuição da Previdência, não é só a de empregado e empregador. Eu sempre digo por que eu fui constituinte na época e ajudei a colocar lá, mais cinco rubricas que são percentuais que vão para a seguridade onde está a Previdência. Então, esse é um debate que nós faremos com calma e tranqüilidade que eu acho que dá para achar caminhos. A outra questão que nós vamos

ter que enfrentar que pega os empregados de todos os senhores que estão hoje lá na atividade. Eles vão ver esse programa provavelmente no sábado ou na sexta quando ele for reproduzido, e eles devem estar lá a pensar: "O que é que eu tenho que ver com o salário mínimo? O que é que eu tenho que ver com essa questão dos aposentados?" Tem tudo a ver, porque ele é o aposentado de amanhã. Nem que ele ganhe 10 ou 20 salários, ele vai ver que, devido o tal de fator previdenciário, que é o maior crime que foi feito para mim contra os trabalhadores desse país. É o tal do fator previdenciário. Significa o seguinte, quanto mais envelhecer, você tem que esperar para se aposentar, para ter direito a uma aposentaria próxima àquela que você tem na atividade. Por exemplo, tem o cálculo aqui preliminar que a assessoria me mostrou, que uma mulher só depois dos 70 anos de idade, que ela vai se aproximar do princípio da integralidade. Que ela vai se aproximar, porque não ganha integral ainda. Isso se ela tiver contribuído efetivamente ainda durante 30 anos a mulher e 35 anos o homem. Então, esse quadro do fator previdenciário, que é algo que nós temos que debater o fator previdenciário. Virou ruim envelhecer. Se você envelhece para efeito de aposentaria, porque eles dizem o seguinte: "A expectativa de vida passa a ser um instrumento de cálculo no fator previdenciário, que reduz o teu vencimento". Então cada vez que o IBGE dizer que a expectativa aumentou, você sabe que o teu fator previdenciário vai usar isso como instrumento para reduzir a tua aposentaria. Então, esse é um fato também que essa Comissão quer enfrentar e fazer aquilo que nós chamamos, o bom debate sobre o tema. E eu não tenho dúvida, concordo com os senhores quando foi dito aqui, o salário mínimo é o grande farol mesmo. O salário mínimo tem impacto sobre um leque enorme da atividade desse país. Só aposentado e pensionistas são 22 milhões. São pessoas com carteira assinada, no mínimo 10 milhões. Que não tem carteira assinada, no mínimo mais 10. Só aí nós estaríamos próximos a 42 milhões como eu dizia em outro dia, e se botar mais dois dependentes já chega a 120 milhões. Estou certo? Três vezes quatro são 12, não é? Mais ou menos 120 milhões de pessoas. Então esse é um tema que de fato envolve o conjunto da população desse país. Eu lamento também a não presença aqui do representante da Associação Nacional das micros e pequenas empresas. Nós convidamos. Acho que era bom que ele tivesse aqui, que desse o ponto de vista. Eu sempre digo o seguinte, eu duvido--

>> [pronunciamento fora do microfone].

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Lei que interessa as Micro e Pequenas. Eu sempre digo o seguinte, eu vou reduzir a minha fala e vou terminar aqui a minha fala, porque eu acho que foi boa a audiência e o debate continua. Se eu chegar numa pequena Prefeitura e perguntar para o Prefeito assim: "Meu amigo Prefeito, qual é o seu maior problema aqui na Prefeitura"? Eu duvido que ele vá dizer que é o salário mínimo. Ele não dirá que é o salário mínimo. Não tem lógica. Ele vai dizer: "Não, o meu problema é o salário mínimo". Ele falará de juros, ele falará da carga tributária, ele falará da economia, falará da arrecadação maior que ele precisava, ele não vai falar que é o salário mínimo. O Fundo de Participação de municípios, mas não vai falar que é o mínimo. Se você chegar num micro e pequeno empresário, que estamos aqui em debate agora, perguntem para eles se o problema deles é o salário mínimo? De trezentos ou trezentos e cinquenta. Duvido que ele vá dizer: "Olha que o meu problema de não vender, de ter que demitir é o salário mínimo". Até no mundo das empregadas domésticas. Perguntem para um senhor da classe média se o problema da empregada dele é o mínimo ou é um outro leque de situações que ele vai elencar para bem da família dele. Claro que é não o salário mínimo. Então o salário mínimo no Brasil para mim no Brasil é até já uma questão de boa-vontade, de solidariedade, de generosidade, de pensar grande como eu entendo que é esse país, que é um país Continental. Bom, eu quero concluir dizendo que essa Comissão para mim tem o papel, como foi dito aqui pelo nosso Presidente, um papel histórico, ela há de concluir seu trabalho esse ano. Me perguntavam agora, Presidente Jackson Barreto, uma emissora do Rio Grande do Sul que coincidiu o horário, eu tive que falar pelo rádio. E perguntava o seguinte: Se vocês acham que no ano eleitoral, vocês vão aprovar uma política permanente... Eu digo e por

que não? Nos países de primeiro mundo... E eu duvido, Senadora Heloísa Helena, V.Exa. está aqui, mas V.Exa. é candidata à Presidência da República. Os países de primeiro mundo eu duvido que tenha um candidato à Presidência da República, que não vá conversar com os setores organizados da sociedade para que eles ponderem a sua opinião. Por exemplo, os idosos, os idosos são formadores de opinião, queiram ou não queiram. Nós caminhamos para ter 30 milhões de idosos rapidamente nos próximos cinco anos. Qual é a família que não tenha idosos de forma direta ou indireta? Estou dando como exemplo. A grande referência desse debate nós vamos fazer. Como estamos fazendo com os empresários corretamente, fizemos com os trabalhadores, porque não nós temos aqui uma oportunidade, e quem sabe até seria um prestígio para essa Comissão de nós convidarmos os candidatos a Presidência da República para um debate sobre esse tema, a questão dos aposentados e pensionistas e do salário mínimo. É uma forma de fazer com que haja um compromisso futuro com uma proposta presente. Por que não? Por que não? Porque é natural que os candidatos farão grandes debates com a sociedade organizada. Tenho certeza que eles estarão nos debates com os empresários. Não estarão? Estarão. Justamente. E quero dizer que tem que estar mesmo. Estarão com os sindicalistas. Corretamente. Estarão com os aposentados, espero eu. Corretamente. Estarão, quem sabe, na Comissão Especial do salário mínimo, que trata esse tema. Eu acho que é um desafio que essa Comissão há de fazer e há de construir nesse bom debate aquilo que seja o melhor para os trabalhadores aposentados no futuro. Era isso, Sr. Presidente. Eu me sinto aí contemplado pela fala.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Volto à palavra à Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOISA HELENA (PSOL-AL): É só... Como eu já tinha dito no início dos trabalhos, e a onipresença Deus me deu muitas bênçãos, mas não essa. Eu vou ter que ir lá à CPI dos CORREIOS, que é minha vez agora de... Tem dois senhores que estão prestando depoimentos e é minha vez agora de participar da inquirição. Mas, o pessoal do meu gabinete está acompanhando todos os argumentos e tal. Então só para me desculpar com os convidados e com os parlamentares. Mas é só nesse sentido. Mas eu ainda volto para cá.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Me sentiria honrado com a sua presença, Senadora.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Deputado Jackson, permita-me só uma rápida...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Pois não. Com a palavra o Deputado Tarcísio Zimmermann.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Eu queria cumprimentar os membros, pedir desculpas pelo meu atraso aqui no dia de hoje, mas houve problemas talvez na comunicação e no agendamento da reunião, e eu queria sugerir Senador Paulo Paim, que dentro desse tema que V.Exa. levantou do financiamento da Previdência Social, é um tema como todos os temas graves desse país, polêmico. Eu recorro que nos debates que nós fizemos na Comissão de trabalho em 2004, havia posições discordantes relativamente à forma de financiamento da Previdência Social. Eu recorro que, sobretudo os funcionários, os auditores da Previdência Social, mas também pesquisadores levantavam muitas dúvidas sobre um sistema de Previdência pública, que não fosse financiado preponderantemente a partir de tributações sobre o salário. Então, eu penso que esse poderia ter ser um tema também para um debate aqui numa Audiência Pública, porque ainda que não seja o tema central, é inquestionável que o tema do salário mínimo tem uma grande incidência sobre custos das empresas, V.Exa. mesmo levantava o salário tem uma incidência e, sobretudo, a tributação previdenciária tem uma incidência e também o tema do financiamento do salário mínimo para esses milhões de aposentados é muito importante, quer dizer, o tema do financiamento da Previdência para que possa pagar o salário mínimo. Então, eu iria sugerir a V.Exa. que esta Comissão

incluísse também este, como um dos temas da Audiência Pública para que nós pudéssemos ouvir estudiosos, nesta área do financiamento dos sistemas previdenciários e poder cotejar aí as opiniões em torno desse tema.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Tarcísio, eu responder... Se me permitir, Sr. Presidente. Primeiro, dizer que eu até diria que havia resistências. Porque esse tema eu venho debatendo há mais de dez anos. Havia resistência. No meu entendimento, claro que vamos suscitar os debates com todas as partes. Mas os próprios auditores, já não resistem tanto com a criação da Super Receita. Um. Dois, sinto que dentro do próprio Governo atual há uma simpatia com essa proposta, tanto que já existem algumas iniciativas que de forma lenta e gradual, vão transferindo a contribuição para o faturamento e também para o lucro. Sinto que há simpatia. Sinto que há simpatia na indústria, sinto que não há simpatia nos bancos. Os banqueiros efetivamente... Eu estive reunido com eles, e respeito, e converso com todos os setores da sociedade, eles não são muito simpáticos a essa idéia. Mas sinto que ela avança, e por isso que eu quero concordar com a questão de V.Exa. de a gente trazer esse debate. Eu estou convencido. Porque isso é que nem a redução de jornada, que vai ser um grande debate das centrais agora. E não é o momento aqui com os empresários. Mas a médio e longo prazo a tecnologia avança e não tem saída. Quanto mais você vai para a automação, seja no campo ou na cidade, é um processo irreversível. [inaudível] Como também o deslocamento de inúmeras contribuições, que hoje são sobre a folha vão ser criadas alternativas. Eu estou convencido, a longo prazo ou a médio prazo. Mas eu concordo com V.Exa. que o bom é trazer pessoas que pensam também experientes, e a gente suscitar aquilo que a gente chama, o bom debate sobre esse tema. Eu quero dizer que eu endosso a proposta de V.Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Queremos agradecer a presença das Confederações que estiveram presentes aqui, hoje à tarde nesse debate. A presença dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas, entendendo que a importância desse tema, pelo fato, como eu disse no início dessa sessão, do fato histórico de que o Congresso Nacional pela primeira vez, consegue trazer o debate de um tema tão importante que é a questão de uma política permanente de salário para o país. Nós lamentamos a ausência e a palavra aqui da FIESP, como colocou o Senador Paulo Paim, de forma especial também a Associação Nacional dos Micros e Pequenos Empresários, sabemos da importância que é a discussão do salário mínimo, sabemos da importância do que significa o salário mínimo como fator de desenvolvimento econômico para o nosso país, nós vamos agora dispostos também a orientar essa discussão, como colocou aqui o Senador Paulo Paim e o Senador Cristovam Buarque a questão dos aposentados, na Audiência Pública da próxima semana, nós vamos ouvir a Associação Nacional dos Aposentados e todos os setores ligados aos aposentados desse país. E nós esperamos ainda uma contribuição maior, através de dados das confederações que foram aqui convidadas, porque eu acho que nesse momento é fundamental que o país conheça as propostas bastante claras e objetivas dos setores empresariais, dos setores patronais do nosso país. Porque na última audiência que fizemos aqui com as Centrais Sindicais, nós conseguimos extrair aquilo que deve ser uma linha de orientação de tudo aquilo que o setor dos trabalhadores brasileiros propõe para essa política permanente. Nós conseguimos fazer uma avaliação de tudo aquilo que foi proposto aqui na última audiência, como a questão da desoneração da tributação sobre o salário mínimo, desoneração da cesta-básica de alimentos, de remédios e da construção civil, participação dos lucros das empresas, incentivando as empresas a empreenderem dessa forma com compensações tributárias, antecipar a discussão dos reajustes para o período pré-orçamentário, isso foi uma discussão importante, foi uma proposta muito interessante. Para que as discussões do salário no país caminhem par e passo na discussão da proposta orçamentária, e antecipando a data base do mínimo para janeiro. Estabelecer o critério de reajuste pela relação entre o maior e o menor salário pago pelo Poder Público, relacionar o aumento do mínimo com o reajuste dos aposentados que ganham em cima de um mínimo, estabelecer como critério de reajuste permanente e a

reposição da inflação, mais a média dos dois últimos anos e estabelecer como critério de reajuste permanente a média do PIB mais a inflação acumulada. Tudo isso foram propostas que foram aqui colocadas de forma bastante competente pelas Centrais dos Trabalhadores. Desta forma, eu quero declarar encerrada a 6ª Reunião da Comissão Mista Especial do Salário mínimo, convocando os senhores membros para a próxima reunião no dia 14 de fevereiro, terça-feira, às 14h00, onde contaremos com a presença dos representantes dos aposentados do nosso país. Está encerrada a Sessão. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 16h11.